VINNY PELLEGRINO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

A Trajetória de sua Natureza Jurídica Única

> Editora Lumen Juris Rio de Janeiro 2026

Sumário

Introdução		
1.2 O rastreamento de processos como técnica de seleção de amostras de acontecimento		
1.3 Institucionalismo histórico como suporte teórico24		
2 A OAB na arena da revisão judicial43		
2.1 Ampliação e atualização do banco de dados		
2.2 Ponto de partida: a estrutura institucional da OAB e a atuação que justificou sua posição do texto da Constituição Federal de 1988		
2.3 As Audiências Públicas		
2.4 As ações que transformaram (ou assim pretendiam) a OAB63		
2.4.1 ADI n. 3 – a legitimidade universal para propositura das ações de controle de constitucionalidade abstrato63		
2.4.2 ADI n. 3026 – autonomia e natureza jurídica sui generis 66		
2.4.3 RE n. 603.583 – Exame da Ordem 80		
2.4.4 RE n. 595.332 – Competência da Justiça Federal para processar e julgar advogados inadimplentes87		

	2.4.5 RE n. 647.885 – Natureza jurídica da anuidade profissional91
	2.4.6 RE n. 1.182.189 – Prestação de contas ao Tribunal de Contas da União
	2.5 Conclusão do capítulo
3	A OAB na arena do Congresso Nacional119
	3.1 Formação do banco de dados119
	3.2 Ponto de partida: o Projeto de Lei n. 2.938/1992 123
	3.3 A Lei n. 8.906/1994 e a trajetória da finalidade político-institucional da OAB incluída no art. 44129
	3.3.1 A abordagem do tema nas Conferências Nacionais da OAB até a aprovação da Constituição Federal de 1988130
	3.3.2 A abordagem do tema nas Conferências Nacionais na vigência da Constituição Federal de 1988 até a consolidação na Lei n. 8.906/1994144
	3.4 As leis que alteraram o Estatuto após 1994155
	3.5 As propostas de alteração do Estatuto com potencial de modificar a instituição160
	3.5.1 Os Projetos de Lei sobre o controle externo da OAB163
	3.5.2 O Projeto de Lei sobre a obrigação de divulgação das contas da OAB168
	3.5.3 O Projeto de Lei sobre a participação dos advogados no processo constitucional concentrado171
	3.5.4 Os Projetos de Lei sobre a participação de membros externos em todas as fases do Exame da Ordem172

APÊNDICE B – Lista de Leis que alteraram o EAOAB de 1994 a 1º de julho de 2024	241
APÊNDICE A – Lista de ADIs, ADPFs, ADOs e ADCs propostas pela OAB de outubro de 1988 a 1º de julho de 2024	225
Referências	207
Conclusão	195
3.6 Conclusão do Capítulo	189
3.5.7 O Projeto de Lei sobre uma nova finalidade institucional da OAB	187
3.5.6 Os Projetos de Lei sobre a igualdade de gênero na OAB	180
3.5.5 Os Projetos de Lei sobre a o sistema eleitoral da OAB	175